

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Vicente Prado Nogueira

REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE EM PORTAIS DE NOTÍCIAS

Porto Alegre

2013

VICENTE PRADO NOGUEIRA

REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE EM PORTAIS DE NOTÍCIAS

Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Ms. Carlos André Echenique Dominguez

Porto Alegre

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE EM PORTAIS DE NOTÍCIAS, de autoria de Vicente Prado Nogueira, estudante do curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 25 de novembro de 2013.

Assinatura:

Nome completo do **orientador**: Carlos André Echenique Dominguez

VICENTE PRADO NOGUEIRA

REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE EM PORTAIS DE NOTÍCIAS

Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Ms Carlos André Echenique Dominguez

Conceito Final:

Aprovado em: de dezembro de 2013

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi

Prof^a. Dr^a Aline do Amaral Garcia Strelow

Orientador - Prof. Ms Carlos André Echenique Dominguez

AGRADECIMENTOS

Construir este trabalho foi um processo penoso e exigiu o melhor de minhas habilidades desenvolvidas durante os meus cinco anos de universidade. Porém, nada disso teria resultado sem a ajuda daqueles que me cercam.

Agradeço a minha família, que nunca hesitou em me oferecer auxílio, prático ou emocional, durante a feitura de um projeto tão desafiador.

Minha gratidão também é partilhada com meus professores; não apenas Carlos André Dominguez, meu orientador, que foi sucinto e franco ao direcionar minha pesquisa, mas também com os muitos educadores que contribuíram para a construção uma base de conhecimento vital para a realização deste TCC.

RESUMO

Este trabalho aborda a representação da homossexualidade em dois portais virtuais de notícias, o G1 e a Agência Brasil. Apesar das mudanças que a sociedade brasileira vem sofrendo e que permitem maior espaço para a identidade homossexual, esta ainda é retratada a partir de discursos que a enquadram como Outro e que a encaixam em um binômio hetero-homossexual baseado em antigos paradigmas sexuais e de gênero. É necessário desconstruir esses discursos e encontrar fissuras onde um questionamento mais amplo possa ser introduzido. Pela ubiquidade das narrativas que regem tais representações, um exame mais profundo das noções sociológicas de identidade aplicadas ao movimento LGBT precisa ser feito. Busca-se analisar uma amostra de 118 notícias de dois portais *online* de modo a encontrar padrões que se repetem. A pesquisa foi feita por meio do estudo de conceitos de identidade desenvolvidos por Stuart Hall e Kathryn Woodward; aplicaram-se, então, esses conceitos ao exame das notícias jornalísticas compilados segundo o modelo de pesquisa de Bruno Souza Leal. O trabalho resultou no discernimento de padrões similares aos descritos por Leal, sinalizando uma perpetuação do paradigma heteronormativo; porém, foram encontradas brechas que desafiam o caráter hermético do discurso dominante.

Palavras-chave: identidades sexuais; homossexualidade na imprensa brasileira; jornalismo; paradigma heteronormativo.

ABSTRACT

This paper concerns the representation of homosexuality in two news websites. Despite the changes that Brazilian society has undergone and which allow more space for the homosexual identity, it is still portrayed based on discourses which frame it as an Other and which fit it inside a hetero-homosexual binomial based on old sexual and gender paradigms. It is necessary to deconstruct these discourses and to find cracks where a wider questioning can be introduced. Due to the ubiquity of the narratives that rule such representations, a deeper examination of sociological notions of identity applied to the LGBT movement must be done. We seek to analyze a sample of 118 news articles from two news websites in order to find recurring patterns. The research was done by studying concepts of identity developed by Stuart Hall and Kathryn Woodward; we applied, then, these concepts to the perusal of the journalistic articles compiled in accordance with Bruno Souza Leal's research model. The paper resulted in the discernment of patterns similar to those described by Leal, signaling a perpetuation of the heteronormative paradigm; however, breaches were found which challenged the airtight quality of the dominant discourse.

Keywords: sexual identities; homosexuality in Brazilian press; journalism; heteronormative paradigm.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	7
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1. A identidade fragmentada.....	10
2.2. A identidade sexual e o movimento LGBT	12
2.3. O jornalismo e os discursos sobre a homossexualidade.....	15
3. METODOLOGIA	22
4. OBJETOS DE ESTUDO.....	24
5. NOTÍCIAS E ANÁLISE.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7. REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Apesar da maior visibilidade e representação positiva que a população LGBT tem adquirido na mídia brasileira nas últimas décadas, ainda há aspectos problemáticos quanto ao modo como as minorias sexuais e de gênero são retratadas em meios de comunicação de massa que não possuem foco exclusivo nas mesmas. Tais problemas podem ser interpretados como fruto dos discursos que permeiam as noções de gênero e sexualidade na sociedade onde a própria mídia se insere.

Há uma grande diversidade de aspectos passíveis de serem analisados: o maior foco na população homossexual masculina em comparação com outros integrantes da sigla LGBT¹, a falta de diversidade racial quanto às representações de minorias sexuais e de gênero, entre outros; porém, aqui será estudada, especificamente, a homossexualidade e os discursos que a permeiam na mídia. Apesar de cada vez mais aceita pela sociedade brasileira, a homossexualidade ainda possui o status de “Outro”, sendo vista como um desvio da norma padrão e, portanto, comumente contrastada e comparada com a heterossexualidade (essa última tendo “nascido” junto ao seu oposto como conceito). A história da homossexualidade como identidade política deve ser explorada caso se busque mudanças mais profundas no status da mesma na sociedade.

Levada em consideração a existência de aspectos problemáticos quanto às representações da homossexualidade na mídia, o próximo passo é perguntar-se quais seriam eles. A ubiquidade de certos discursos torna-os, paradoxalmente, invisíveis na ausência de um olhar crítico (especialmente para setores privilegiados e/ou normalizados da sociedade quanto a determinadas características). Assim sendo, é relevante examinar com discernimento como esses discursos podem ser difundidos e perpetuados por meio das mídias de massa, componentes com grande poder de fala na sociedade atual, mesmo na era da Web 2.0.

O objetivo principal da análise aqui feita é identificar os discursos que permeiam a representação midiática *mainstream* (ou seja, de massa) da homossexualidade por meio do estudo de dois portais de notícias virtuais, G1 e Agência Brasil. Alguns objetivos subjacentes incluem: problematizar a representação da homossexualidade nos meios selecionados, partindo do postulado linguístico de que a linguagem nunca é

¹ Sigla popularizada pelo movimento de minorias sexuais e de gênero nos EUA. Significa Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros/Transexuais (algumas versões da sigla no Brasil também incluem travestis).

neutra; apontar instâncias de posicionamento do indivíduo homossexual como o “Outro”, bem como tentativas de enquadrá-lo(a) em modelos padrões; e ponderar o papel das narrativas relacionadas ao gênero na construção das narrativas sobre a homossexualidade na mídia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A identidade fragmentada

A partir do século XX, a noção de identidade sofreu grandes transformações. Longe da unidade do “homem racional” – sempre um homem – do Iluminismo, o ser humano da pós-modernidade se vê fragmentado, assumindo uma variedade de *posições de sujeito* em diversos aspectos de sua vida.

Primeiramente, a pergunta-chave seria: o que é identidade e como ela se constitui? As teorias sociológicas atuais podem ajudar a esclarecer esse assunto. De acordo com Woodward (2005), a existência da identidade como algo em si mesmo é ilusória; formada por meio de um processo de *exclusão*, a identidade delimita o que *não somos*, diferenciando-nos do Outro. Se, por exemplo, uma pessoa diz ser mineira, é apenas outro modo de dizer que não é paulista, catarinense, pernambucana, etc. O essencialismo quanto à identidade, assim, seria persistente, porém errôneo.

Só é possível compreender conceitos como este ao colocá-los em sequência, ou seja, em relação uns aos outros (geralmente por meio de sistemas de natureza binária); o forasteiro é aquele que não é compatriota, e vice-versa. As identidades, por extensão, são formadas a partir de outras identidades polares; não há o homem sem a mulher, ou a limpeza sem a sujeira. Algumas vertentes afirmam, inclusive, que há sempre uma desigualdade de poder entre os opostos de uma dicotomia. A busca pela diferença sem oposição já foi muito estudada por teóricas feministas, como Beauvoir e Irigaray.

A subjetividade humana, longe de se encontrar num vácuo, é inserida e delimitada por significados ligados à experiência que temos de nós mesmos, o que leva à construção de uma identidade a partir de várias possíveis posições de sujeito. Investimo-nos em posições específicas de modo a buscar resolver as contradições internas inerentes à subjetividade. Para Althusser (*apud* Woodward, *idem*), o ser humano é “recrutado” por ideologias² e transformado assim em sujeito, inclusive num nível inconsciente.

Na era moderna, as identidades nacionais foram uma forma comum de identidade cultural, a tal ponto que a nacionalidade parecia essencial; a “inglesidade” e

² Conceito marxista.

outros sistemas de representação nacionais homogeneízam um povo. Porém, a suposta unidade nacional – fundamentada em uma concepção ambígua de estado-nação e “terra ancestral” – fragmenta-se sob escrutínio, pois a nação não apenas é produto de conflitos étnicos violentos (onde as minorias devem ser apagadas para evitar a divisão da identidade nacional una), bem como de contraste entre as virtudes dos impérios e as “fraquezas” de outros territórios a serem colonizados por meio do imperialismo. No entanto, a própria identidade nacional mostra diferenças, por exemplo, quanto à “x-idade” nos gêneros opostos. Mesmo a etnia ou a raça (conceito não científico, mas socialmente construído) não servem para definir países que hoje – na era denominada pós-moderna – são tão híbridos.

Cinco grandes mudanças paradigmáticas descentraram o sujeito no contexto da modernidade tardia. Primeiro, a tradição marxista concebeu o homem como não inteiramente dono de seu destino, mas limitado por suas condições socioeconômicas. Segundo, a psicanálise de Freud examinou aspectos da psique humana que fugiam à sua consciência e racionalidade, além de detectar pulsões contraditórias que se manifestavam de modos não reconhecidos pelo pensamento; também pode-se chamar atenção para a ideia freudiana de desenvolvimento da pessoa a partir das relações com os outros. Em terceiro lugar, a linguística de Ferdinand de Saussure, deixando de enxergar a comunicação como explicitação de processos mentais, aponta as limitações da linguagem e a necessidade que o ser humano tem de apreender conceitos de modo binário (ou seja, em “pares” de opostos). Em quarto lugar, Michel Foucault delineia as estruturas de poder que regem grande parte dos aspectos da vida contemporânea de modo sutil e limitam, assim, o poder de agência do homem. Por último, movimentos sociais como o feminismo, a luta pelos direitos civis dos negros nos EUA e a luta LGBT borram as fronteiras entre os aspectos políticos e não-políticos da sociedade, inserindo a política na chamada “esfera privada”. (HALL, 2000)

Esta última mudança fundamenta a chamada *política de identidades*: uma visão da identidade como algo que dita as relações entre grupos (e, portanto, pessoas) na sociedade, buscando desconstruir hierarquias que fundamentam desigualdades de poder. Historicamente, diversos grupos foram excluídos do poder – não apenas literal, mas figuradamente – e essas iniquidades se perpetuam até hoje de diversos modos (HALL, idem).

2.2. A identidade sexual e o movimento LGBT

É um tanto traiçoeiro fazer referência a uma “sexualidade natural”, pois, como todas as identidades, o gênero e a sexualidade são construídos no âmbito da cultura. Apesar da recente politização dessas e de outras categorias identitárias, cabe lembrar que os movimentos sociais apenas enfatizaram o caráter *político* das mesmas. No caso da sexualidade, o Ocidente (outro construto social) possui um “investimento histórico” em um determinado tipo de sexualidade, a qual, por sua vez, permite certa organização social baseada na família cujo núcleo é heterossexual, monogâmico e reserva a atividade sexual para a reprodução. Apesar desse padrão, existe uma gama de possibilidades de expressões sexuais que se manifestam apesar da pressão das instituições sociais; como a atividade cultural está sempre em processo de mutação, os processos de institucionalização são alterados ao longo do tempo (ADELMAN, 2000).

Nos estágios iniciais da sociedade moderna, devido à presença da instituição já descrita, as manifestações “desviantes” da sexualidade eram alvo de punição e reprovação, sendo simbolicamente contrastadas com o modo “apropriado” de realizar o ato sexual, mas não eram associadas à identidade da pessoa; o comportamento sexual e a personalidade do indivíduo não eram conectados. Com o advento de novas classificações patológicas no fim do século XIX, porém, a identificação de algumas pessoas como “homossexuais” passou a fazer parte de um movimento de “higiene social” (leia-se: normatização do comportamento da população urbana) que demonstrou atitudes diferentes de acordo com raça, gênero e classe. (ADELMAN, *idem.*)

A ciência da sexologia, ao classificar a homossexualidade como condição patológica, também a produziu. Isso se deveu ao fato de concebê-la como uma natureza – algo inato, que não era controlável pelo sujeito. Mesmo assim, o psicólogo Krafft-Ebing sugeriu que fatores sociais ou particulares poderiam levar a pessoa a cometer atos sexuais desviantes. Outro pesquisador, Karl H. Ulrichs, buscou fundamentar a homossexualidade em uma “inversão sexual” inata – um desejo sexual feminino preso a um corpo masculino. Aqui se pode ver o pensamento da época, que era baseado no dimorfismo sexual: a homossexualidade como discordância entre a corporalidade e a experiência sexual subjetiva. (ADELMAN, *idem.*)

Embora as ideias de Freud sobre a homossexualidade sejam um tanto ambivalentes, o psiquiatra não apenas redirecionou o foco para os aspectos culturais da mesma, enfatizando os aspectos repressivos da moral vitoriana, mas também problematizou a heterossexualidade em vez de considerá-la o “normal” a partir de onde as patologias desviavam (ADELMAN, *idem.*). No contexto do surgimento e desenvolvimento da sexologia, a sexualidade adquiriu um aspecto político: as relações sexuais, do mesmo modo que as de classe, raça e gênero, passaram a ser contestadas com o surgimento de identidades relacionadas à orientação sexual. As novas condições de vida nos centros urbanos, bem como os projetos de higiene social vinculados a elas, postularam que as idiossincrasias de certos sujeitos poderiam ameaçar a ordem social; a própria identidade adquiriu aspecto de transgressão. (ADELMAN, *idem.*)

Durante o século XX, a política sexual começou a contestar as instituições – Igreja, Estado, medicina, etc. – que objetivavam regular a esfera sexual. O sexo passou a ser visto cada vez mais como uma fonte de prazer e expressão individual, o mercado sendo “aliado” dessa ênfase no indivíduo. A mulher, agora vista com maior frequência no mercado de trabalho, era retratada também com um aspecto mais autônomo, ainda que esse status estivesse longe do alcance de muitas mulheres da época. (ADELMAN, *idem.*)

Começaram a ser criados, nas metrópoles estadunidenses, espaços de convivência para pessoas do mesmo sexo; ao longo do século, o que era inicialmente uma subcultura lentamente tornou-se um grupo com identidade política própria. Embora a presença do movimento consolasse àqueles que sofriam com o isolamento, ainda havia muito sentimento de culpa e riscos de rejeição social e familiar envolvidos; a homossexualidade ainda era, para muitos, um segredo bem guardado. (ADELMAN, *idem.*)

O advento da Segunda Guerra Mundial gerou transformações na sociedade estadunidense: por exemplo, as mulheres ingressaram em massa no mercado de trabalho e espaços de interação exclusivamente femininos e masculinos – como o Exército – eram criados, propiciando estímulo para a sobrevivência de uma subcultura gay. Durante a era macarthista de “caça às bruxas”, o movimento homossexual radicalizou-se em reação contra o estigma incentivado pelo político norte-americano. Alguns grupos políticos e bares eram locais onde homossexuais podiam reunir-se em público. (ADELMAN, *idem.*)

Havia cisões, porém, dentro das comunidades. Enquanto alguns homossexuais buscavam uma vida considerada “normal” pelos padrões da época, outros questionavam essa “normalização” e reivindicavam a diferença. Muitas lésbicas, por sua vez, começaram a enxergar a si mesmas como membros de uma intersecção de marginalizações, sendo mulheres e homossexuais ao mesmo tempo e, portanto, buscando metas que nem sempre correspondiam apenas às do movimento gay, o qual não deixava de ser influenciado pela ideologia patriarcal. (ADELMAN, *idem*.)

O clima político dos EUA no final dos anos 60 foi propício à busca dos homossexuais por maior visibilidade: diversos grupos minoritários participaram dos movimentos sociais que eclodiram no país após a II Guerra. O marco considerado mais notável do movimento LGBT na época foi quando um incidente de assédio policial no bar Stonewall gerou grande resistência. De uma subcultura clandestina, o movimento havia se tornado uma rejeição aberta e contundente ao estigma e à opressão de pessoas que não se conformavam às normas sexuais hegemônicas. (ADELMAN, *idem*.)

O movimento internacional teve repercussões inclusive no Brasil, onde jornais e livros começaram a criar espaços de discussão sobre a homossexualidade. Anteriormente, no início do século XX, a figura do homossexual era vista principalmente em obras de cunho pornográfico, destacando-se aqui *O Menino Gouveia*, livreto publicado no jornal satírico *O Rio Nu* em 1914, a primeira história de cunho pornográfico e homoerótico conhecida no país. (SILVA, 2004.)

Em um contexto social de maior aceitação de minorias de sexualidade e de gênero, surgiu a publicação *Snob*, um dos primeiros jornais de temática LGBT, cuja primeira edição foi lançada em 1963. De acordo com o pesquisador Edward MacRae, no período entre o fim dos anos 60 e o início dos anos 70, chegaram a circular no Brasil 27 publicações tendo o homossexual como público-alvo; boa parte delas tratava de amenidades e acontecimentos cotidianos, embora também houvesse reportagens, notícias, roteiros, poemas e vários outros textos. (MACRAE *apud* SILVA, *idem*.)

Quanto a revistas, o mais próximo de publicações homoeróticas no meio nessa época foram as revistas de fisiculturismo, que mostravam imagens de homens musculosos em roupas escassas e justas. Publicações dessa natureza tinham laços com a comunidade homossexual e eram ícones importantes entre os *gays* brasileiros até o lançamento de revistas explicitamente homoeróticas.

Dos anos 70 até a atualidade, ocorreu uma gradual segmentação do mercado de revistas: cada vez mais o público mostrava desejo por publicações que se concentrassem

em mercados de nicho, daí a popularização das revistas dedicadas a gêneros, classes socioeconômicas e faixas etárias distintos. Essa tendência, juntamente com a expansão de espaços homossexuais ao final do século XX, contribuiu para a criação de um setor de mercado dedicado ao público *gay*.

O início de um movimento mais politizado dos homossexuais no Brasil foi marcado pelo surgimento de publicações como *Gente Gay*, sucessor do *Snob* que estreou em 1976. (GREEN apud SILVA, *idem*.) Foi criado também, em um contexto de proliferação da imprensa alternativa, o *Lampião da Esquina* (estreia em 1980), que era financiado por dinheiro arrecadado de cerca de 12 mil amigos de homossexuais no país e ridicularizava os tabus da época, exacerbando os aspectos prazerosos da sexualidade; fomentava, porém, a imagem de sofisticação associada com estereótipos do *gay*.

Apesar de seu pioneirismo, o *Lampião* acabou por abandonar suas pretensões políticas e concentrar-se na veiculação de nus masculinos. Diversas tentativas de produzir jornais *gays* falharam por escassez de habilidades jornalísticas para administrar uma produção em larga escala. Não demoraria, porém, para que a grande imprensa começasse a veicular artigos e notícias sobre os homossexuais e suas reivindicações, em especial o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a desclassificação da homossexualidade como doença pela Associação Psiquiátrica Americana.

2.3. O jornalismo e os discursos sobre a homossexualidade

Inserido em um contexto vasto e complexo de relações sociais que se entrelaçam, o jornalismo não pode ser entendido como uma entidade independente na esfera pública, especialmente considerando o modo como, desde a era moderna, tem sido regido pela lógica do mercado. Apesar disso, ainda há uma visão bastante idealizada do jornalismo na consciência coletiva: o *ethos* jornalístico, permeado por noções de interesse público, fidedignidade aos acontecimentos e responsabilidade social, ancora a credibilidade da profissão – e a credibilidade é a moeda da indústria midiática.

O ideal democrático moderno exige o acesso à informação factual e multifacetada, que deve ser provida pelo jornalismo como instituição. Ao apelidado “quarto poder” da sociedade é dado, assim, o poder da palavra.

Porém, sob um ponto de vista sociológico, existe um complicado jogo de poder envolvendo múltiplos aspectos e agentes da sociedade, sejam eles econômicos,

religiosos, políticos, etc. Aqui se refere a um poder simbólico: o jornalismo, cujo locus social é primariamente o campo discursivo, diz “sobre e para as demais instâncias sociais” (RESENDE, 2009, p. 4), possuindo o poder da *enunciação*.

Duas perspectivas teóricas são necessárias para compreender a relação entre o poder de enunciação do jornalismo e sua visão do Outro. Primeiramente, Benveniste (1995) estabelece o sujeito da linguagem como o Eu em relação ao Tu; o ato de vocalizar um enunciado pré-estabelecido constitui uma enunciação e “marca” o sujeito, forçando-o a remeter a si mesmo como o Eu de um discurso que polariza os agentes. Em segundo lugar, Bakhtin (1979) vê a linguagem como um fenômeno fundamentalmente social, sendo o contexto histórico responsável por “moldar” a subjetividade.

De modo a legitimar o sujeito falante como capaz de dizer o que corresponde à realidade, o discurso utiliza aquilo que Foucault (1995) chama de “vontade de verdade”, procedimento que, por meio de um aparato institucional, dá à mídia o poder simbólico necessário para construir falas e estruturar o *status quo*. As instituições produtoras de saber conferem ao jornalismo a “tarefa” de produzir discursos e a credibilidade necessária para estabelecê-los como verdadeiros.

Esse processo é crucial para a construção de um discurso jornalístico sobre o Outro; este não possui o poder de fala institucional que o jornalismo possui, logo, fala através de uma instituição que lhe *concede* o direito de dizer. Longe de uma alteridade genuína, ocorre uma relação de autoridade devido ao poder de fala desigual. (RESENDE, 2009)

A legitimação ofusca o questionamento vital: longe do que é dito, *quem* diz, e de *onde* o faz? A ideia passa a ser que a verdade se encontra unicamente no discurso, seu contexto sociológico sendo ignorado. Por meio do processo de *desnaturalização*, o jornalismo deixa de problematizar a narração dos fatos, transformando-os em uma realidade para ser vista como “natural” pelos recipientes, ou seja, o mundo é “achatado” e tornado universal e essencialista. Seguindo essa linha, a simplificação do Outro é tornada factual, bem como construtos sociais diversos. (DARDE, 2008)

No entanto, o jornalismo cada vez se reconfigura de modo a fragmentar o discurso: a maior velocidade e amplitude de diversas mídias tornam uma multiplicidade de vozes, vindas de diversos lugares, possível. Embora sempre se soubesse que o “outro lado” tinha algo a dizer, sua fala ganhou espaço. A popularidade da rede televisiva Al Jazeera, de origem árabe, durante a invasão do Iraque, exemplifica esse cenário.

Com os múltiplos discursos disputando o espaço simbólico, eles acabam sendo reduzidos à “vontade de verdade”; a fala é pulverizada e polarizada, trazendo à tona indagações sobre a legitimidade da mesma. Percebe-se que o Eu jornalístico busca falar do Outro sempre sob seu próprio enquadramento, nunca no mesmo nível do olhar daquele que é retratado. O gesto do compartilhamento é descartado e substituído pela pedagogia protagonizada pelo “sujeito” midiático.

A verdadeira incorporação do Outro não se reduz a múltiplos pontos de vista sobre um determinado tema; representá-lo em sua diferença sem reduzi-lo ao Mesmo ou marginalizá-lo por exotificação não é um processo simples. A forma do jornalismo narrar histórias de modo autoritário, seguindo um discurso que busca legitimidade por meio de uma “imparcialidade” artificial, torna impossível a verdadeira polifonia, a menos que se busque brechas no próprio discurso. Ainda assim, porém, outras questões – classe social e seu *habitus*, por exemplo – dificultam a produção de um jornalismo multifacetado. Mais do que tudo, este é consolidado através de “uma desconstrução dos dispositivos existentes que preparam jornalistas em geral para não refletirem sobre a questão da alteridade” (LAGO, 2010, p. 6). A antropologia possui um grande arcabouço de conhecimento sobre como apreender o Outro que pode ser valioso para o jornalista.

Cada Outro, porém, é um caso em particular. O modo como este é tratado e enquadrado pelo jornalismo perpassa diversas variáveis: a identidade e posicionamento ideológico (e político) do veículo, a relação do mesmo com o seu público-leitor, a estrutura organizacional e técnica da redação, os limites de espaço e tempo impostos pela rotina de atualização constante, e, inclusive, as visões de cada jornalista como indivíduo e como agente social. A imprensa também não é imune “às tensões que marcam as construções de gênero e sexualidade no país, e às quais a própria noção de homofobia – e os fenômenos por ela nomeados – está intrinsecamente ligada” (LEAL, 2009, p. 2). Entre as instituições em jogo no campo simbólico que permeia a sexualidade encontram-se a Igreja Católica, organizações dedicadas à defesa dos direitos humanos e/ou da população LGBT, partidos políticos, ONGs e diversas outras.

Em uma sociedade heteronormativa, diversas instituições, das religiosas às médicas, excluem ou desumanizam o homossexual; a matriz cultural vigente torna esse processo de exclusão (como resposta à presença do Outro) essencialmente sistêmico, não vinculado às experiências psicológicas de nenhum indivíduo em particular. Ódio ou repulsa não são necessários, pois o estigma se torna algo normalizado, “esperado”. Caracterizada como desvio das normas não apenas sexuais, mas também de gênero, a

homossexualidade pode ser ubiquamente marginalizada sem más intenções individuais. Assim, de acordo com Bruno Souza Leal,

[...] a homofobia, componente da norma sexual e presente na série de processos que naturalizam gêneros e sexualidades, manifesta-se tanto nos xingamentos e comentários jocosos quanto na violência física, bem como sob formas aparentemente mais brandas de “tolerância”, de recusa à visibilidade de problemas sociais, na individualização de comportamentos e atitudes discriminatórios. (LEAL, idem, p. 6)

As lacunas, a indiferença, as alusões – todas são formas sutis de soletrar o caráter desumanizador da divergência sexual. É comum também encontrar intersecções que estigmatizam lésbicas (ou seja, mulheres), homossexuais negros(as) e outras “minorias dentro de minorias” de modos únicos. O complexo heteronormativo é atravessado por diversas questões de gênero, classe e etnia/raça. (DARDE, 2008)

Considerando-se que o jornalismo também agenda a temática para debate, e que o público faz demandas por cobertura de certos assuntos, parte da estratégia de campanhas LGBT tem sido a criação de eventos “midiatizáveis”: a Parada do Orgulho LGBT e as manifestações do Dia Nacional de Combate à Homofobia e do Dia Internacional de Combate à Aids, por exemplo. Buscando ganhar destaque como acontecimentos relevantes às narrativas e critérios de noticiabilidade utilizados pela indústria midiática, esses eventos exemplificam o modo como a própria lógica da profissão exige a construção de um conhecimento “em retalhos”. Ao buscar rotineiramente as “particularidades” de cada assunto, porém, o jornalismo cria um retrato universalizado quando apreendido em sua totalidade, já que o singular contém, em si, tanto o particular como o universal (GENRO FILHO apud LEAL, 2009).

Assim, as narrativas fragmentadas do jornalismo apontam, coletivamente, para o processo de organização das sexualidades; a carga social dos acontecimentos não se esgota no retrato enquadrado dentro de matérias produzidas rotineiramente. Mesmo os silêncios não são neutros, mas sempre pautados por critérios de noticiabilidade.

O modo como a produção de notícias opera, naturalizando o captado, norteia, por extensão, a construção de sentidos sobre gênero e sexualidade no foro público. Em nossa sociedade, esse processo tende a construir e reproduzir a heteronormatividade, baseada em padrões cristão-europeus de organizar a sexualidade e as relações de gênero: relacionamentos monogâmicos heterossexuais, determinadas associações feitas com o masculino e o feminino, arranjos familiares, relações de poder, etc. (DARDE, 2008)

Nas últimas décadas, a homossexualidade masculina tem sido associada cada vez mais com um “estilo de vida” em particular, que se desenvolveu em comunidades e subculturas e resultou em um perfil de consumidor que atrai empresas dispostas a explorar nichos de mercado. A desconstrução do preconceito foi solidificada devido, entre outros fatores, à despatologização da homossexualidade por um grande setor da área médica e ao ativismo por parte de grupos organizados no Brasil e no restante do mundo. Apesar disso, o paradigma heteronormativo persiste em se tratando de assuntos relacionados a sexualidades ou gêneros que desviam de seu padrão. A homossexualidade é considerada “exótica”, excêntrica, um “estilo de vida” adotado por um segmento minoritário que também é regido por aspectos heteronormativos, como a busca pela possibilidade do casamento monogâmico. Mesmo quando há tentativas de transgressão do paradigma, ele continua sendo o modelo.

As relações de gênero também são um aspecto importante da heteronormatividade; os gêneros masculino e feminino são construtos sociais – não ancorados na biologia – e resultados de um processo de estruturação de discursos, regras e símbolos que favorecem o masculino em detrimento do feminino (LOURO apud DARDE, 2008). A interação simbólica entre o Masculino ativo e o Feminino passivo pauta as concepções da atividade sexual, de modo que interações eróticas entre parceiros do mesmo sexo problematizam isso³. A violência simbólica ataca o homossexual por desviar das expectativas não apenas de comportamento sexual, mas também de adequação a normas de gênero.

A mídia, possuidora de autoridade para legitimar ou silenciar grupos sociais, não pode estar neutra quanto a esse jogo de poder se sua prerrogativa é informar e contribuir para uma sociedade democrática. Desse modo,

[...] o esforço de apreensão da cobertura jornalística sobre as identidades LGBT implica recusar atribuir fixidez a essa interlocução. Nem os processos midiáticos são homogêneos, estáveis ou livres de tensões, nem as identidades LGBT oferecem-se como um “objeto” fácil para modos de representação consensuais ou inequívocos. (LEAL, 2012, p. 9)

Uma pesquisa similar a proposta deste estudo foi feita no meio impresso e televisivo em 2008 pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais. Seis veículos foram analisados durante um semestre: os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, a revista *Veja*, o *Jornal Nacional*, da

³ Aqui se refere a homens e mulheres cisgênero, ou seja, cuja designação de sexo corresponde com sua identidade de gênero.

TV Globo, e os regionais *MGTV 2ª Ed* e *O Tempo*, de Belo Horizonte, MG. Vários desses jornais (e o programa de televisão) foram selecionados por sua relevância no cenário midiático brasileiro. Em alguns dos jornais, foi vista cobertura limitada a eventos “midiatizáveis” e pouca discussão dos problemas que impactam a população LGBT, inclusive “amenizando” a orientação sexual como identidade:

[...] [u]m exemplo foi a cobertura realizada em fevereiro pela Folha [de S. Paulo] de um caso de agressão movida por discriminação sexual ocorrido no interior de São Paulo. A vítima da agressão era um industrial da cidade de Pontal [...] Nos textos da cobertura observada, o jornal se refere recorrentemente à vítima das agressões como “empresário” ou “industrial”. [...] Palavras como “industrial” ou “empresário” são termos aos quais se conferem prestígio na sociedade brasileira. Tais designações dizem das inserções e lugares sociais dos sujeitos. A utilização desses termos pelo jornal, portanto, pode estar relacionada a um gesto de “limpar” a identidade homossexual do personagem, atribuindo-lhe outra referência identitária mais palatável aos seus leitores. (LEAL, *idem*, p. 12-13)

A cobertura, porém, não é uniforme entre os jornais na pesquisa do NUH; o *Globo* havia redigido matérias sobre as conquistas e experiências de discriminação dos homossexuais, por exemplo. Ainda assim, os jornais, de modo geral, evitaram estabelecer posições oficiais a respeito de assuntos LGBT, com grande parte do conteúdo opinativo acerca dos mesmos vindo de cartas de leitores.

Apesar do uso de eventos midiáticos para a inclusão de temas LGBT na pauta jornalística, a mesma pesquisa descobriu uma disparidade surpreendente entre o número de matérias sobre eventos programados e sobre eventos casuais – por exemplo, o caso do jogador de futebol Ronaldo e seu encontro com três travestis em 2008. A participação de celebridades e “personalidades”, em geral, atraiu bastante atenção da mídia, bem como, pela outra ponta do espectro, os personagens anônimos, ilustrando matérias sobre temas pré-definidos. Isso ilustra uma ênfase desproporcional em indivíduos em vez de movimentos sociais, sinal provável do apagamento da dimensão coletiva de questões LGBT na mídia.

Foi visto, também, um número vastamente superior de menções ao comportamento *sexual* do que ao comportamento *afetivo* (342 vs. 67), o que indica uma associação de sexualidades não normativas a práticas sexuais que ignoram dimensões relevantes daquelas. Em geral, apesar de grande parte das matérias se apresentarem favoráveis a ao menos algumas porções da população LGBT, não se pode afirmar com certeza que há um tratamento mais igualitário e sem silenciamentos sutis. Por meio do viés do comportamento sexual e do caráter festivo das paradas, o jornalismo delimita

muito as condições para a aparição de homossexuais e da homossexualidade na mídia; apenas alguns enquadramentos são vistos, e isso planifica a imensa diversidade da identidade homossexual.

Por ser, essencialmente o Outro na sociedade vigente (na realidade, um Outro entre muitos, pois a produção da diferença e da desigualdade é multifacetada e complexa), o homossexual não ganha o *status* incondicional de Pessoa automaticamente como o heterossexual⁴. Não se espera que um homem ou uma mulher seja homossexual – quando ele/a é, é visto/a sob o prisma de um modelo do Outro construído e mantido socialmente. Por esse motivo, a tentativa de conceder ao homossexual seu caráter de Pessoa costuma envolver a apresentação do mesmo como alguém que não *aparenta ser* homossexual (segundo as normas que ideias de hetero e homossexualidade na cultura dominante impõem) ou que age conforme os ditos da heteronormatividade (a busca de relação monogâmica por meio do casamento, a criação de crianças como casal, etc.).

Na busca por inclusão social e simbólica, a invocação da natureza acaba servindo tanto para construir uma identidade – homossexual – representada como “igual mas diferente” da heterossexual, quanto para definir uma maneira “correta” de se viver a não-heterossexualidade. Da subversão, portanto, surge um discurso normalizador. (AGUIAR, 2011, p. 43)

Assim, como pode ser visto, o jornalismo, mesmo quando se posicionando a favor do homossexual, ainda o encara como o Outro. A posição de sujeito supostamente “neutra” do jornalista é primariamente heterossexual, já que esta é a identidade que, no contexto social mais amplo, é atribuída e quaisquer indivíduos tacitamente até que haja indicação contrária. Por meio desses estudos que evidenciam a parcialidade (em um sentido mais literal) jornalística tratando-se da homossexualidade, as notícias coletadas podem ser analisadas e padrões podem ser encontrados.

⁴ Diga-se o heterossexual branco, homem, cisgênero, etc.; será mais fácil aqui simplificar a alteridade em um eixo para análise.

3. METODOLOGIA

Dentre uma variedade de estratégias de pesquisa, foi selecionado aqui o *estudo de caso*. Apesar de possuir uma injusta reputação como metodologia de pouca precisão e rigor, o estudo de caso é considerado por Robert Yin, líder em tecnologia de pesquisa, um dos modos mais adequados de conduzir estudos *explanatórios* (YIN, 2001).

Segundo Yin, o método de pesquisa utilizado deve se adequar tanto aos materiais de estudo disponíveis quanto às perguntas a serem realizadas. Questões de “como” e “por que”, que se concentram nas causas de acontecimentos e fatos, geralmente são mais apropriadas para metodologias como o experimento, o estudo de caso e a pesquisa histórica. Esta última é mais utilizada quando não há controle ou acesso a eventos comportamentais, enquanto o experimento geralmente é aplicado ao comportamento que pode ser controlado direta e sistematicamente. Assim, o estudo de caso é mais adequado para se analisar eventos contemporâneos, mas não se podem manipular comportamentos relevantes para o estudo.

Quanto a sua definição formal, o estudo de caso consiste em uma investigação empírica que examina um determinado fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, “especialmente quando [...] os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, *idem*). Como essa investigação resulta em grande número de variáveis de interesse, são utilizadas fontes de evidências variadas, com proposições teóricas servindo de base para a coleta e análise de dados.

O método de estudo de caso foi selecionado para o presente trabalho por sua ênfase em metas explanatórias e uso de embasamento teórico para a condução de análise. É importante ressaltar, porém, que o estudo de caso, como metodologia, possui um sem-número de variações para um sem-número de variedades de pesquisa; a variação aqui utilizada justapõe-se em alguns aspectos à pesquisa histórica, não sendo, portanto, um uso muito característico do método escolhido.

4. OBJETOS DE ESTUDO

De modo a estudar a representação do homossexual em portais de notícias não dedicados à homossexualidade, foi compilado um conjunto de notícias – mais curtas do que reportagens, mas com pelo menos três parágrafos cada – de dois portais: o G1 e a Agência Brasil. O período selecionado para coleta de dados foi o primeiro semestre de 2013.

Por meio de uma amostragem inicial, foram estimadas cerca de 20 notícias por mês tratando do assunto “homossexualidade”, particularmente na área política. O número é apenas uma média, pois a incidência de eventos particulares nessa área torna a distribuição de notícias pelo semestre um tanto desigual; logo, não foram coletados 20 notícias de cada mês, mas um total de 118 notícias em um semestre.

As duas mídias foram escolhidas para serem estudadas neste trabalho não necessariamente por suas características individuais, mas por cobrirem diferentes polos do eixo público/privado, tornando suas similaridades mais salientes e passíveis de terem suas origens traçadas a partir de discursos mais ubíquos. Tem-se, por um lado, o Portal G1, vinculado ao Globo e ao portal-mor Globo.com, ambos propriedade do Grupo Globo. O G1 tem acesso a toda a estrutura de afiliadas da Rede Globo, bem como o material de vídeo do Globo Media Center, para a produção de seu conteúdo. É sediado em São Paulo, mas possui três redações nos prédios da TV Globo em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. (BARBOSA, 2008) Criado em 2006, o G1 disponibiliza certas formas de conteúdo veiculadas por outros meios de difusão da Globo e hospeda *blogs* de jornalistas e especialistas diversos. Também permite alguma interação por parte do leitor internauta por meio da seção “Vc no G1”, apesar de todas as notícias enviadas receberem tratamento por parte dos *gatekeepers* antes de sua publicação. (COLARES, LESSA e RIOS, 2013)

Na outra ponta do eixo, há a Agência Brasil, agência pública de notícias e produtora das notícias divulgadas pelo sistema Radiobrás. Sua ênfase é em notícias de natureza política e econômica veiculadas pelos jornais, com iconografia relacionada a assuntos de governo, Estado e cidadania, com uma perspectiva teoricamente pluralista. (BUCCI, 2005) A Agência Brasil é subordinada da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), a qual possui como meta “unificar e gerir, sob controle social, as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação”; a EBC

foi criada em 2007 como uma forma de disponibilizar um sistema de comunicação que complementasse o privado, gerando maior pluralismo e um meio de adquirir notícias pelo setor da população que não tivesse acesso à mídia não estatal. (COSTA e ZANOTTI, 2012)

O objeto principal de estudo do trabalho em questão, porém, não são os portais em si, mas sim as notícias coletadas em seus respectivos arquivos. A pesquisa feita tem como objetivo não uma análise crítica de veículos específicos, mas de um paradigma que rege e dita certas convenções e, no caso da mídia, pautas e tropos narrativos a que é dado destaque de modo automático quando se lida com o Outro.

A notícia, por sua vez, é complicada de ser definida como conceito. Se, por um lado, um acontecimento é algo que ocorre na realidade – ou no recorte que fazemos da realidade, a notícia é:

[...] uma representação signa desta realidade, ou seja, uma reconstrução do fato a partir de elementos essenciais para a sua compreensão. Já que qualquer relato é uma redução da realidade, a notícia é uma redução da complexidade do real que envolve o fato. No entanto, mesmo sendo incapaz de mostrar a totalidade complexa que envolve o acontecimento, a notícia não se afasta (ou não deve se afastar) dos elementos básicos que definem ou delimitam esse acontecimento, da verdade essencial do fato. (TEMER, 2011, 3-4)

Por outro lado, o acontecimento é considerado tal baseando-se em certos critérios de noticiabilidade que geralmente dizem respeito ao inesperado, ao inédito e/ou ao socialmente relevante. Especificamente, a notícia – e, por extensão, o acontecimento – embasam-se no *fato* novo, mesmo dizendo respeito a um acontecimento passado. (TEMER, *idem.*) Na pesquisa realizada, isso é visto por meio da abundância de notícias sobre leis que há tempo são debatidas pelo setor Legislativo.

5. NOTÍCIAS E ANÁLISE

Por meio do estudo dos mais de 100 notícias coletadas, podem-se encontrar padrões que não podem ser vistos ao se examina-las isoladamente. De fato, várias das características detectadas por Bruno Souza Leal em sua própria pesquisa (LEAL, 2012) podem ser vistas no material reunido.

As categorias de análise aqui utilizadas são:

- Eventos e pessoas que foram amplamente midiaticizadas;
- Temáticas heteronormativas na representação de homossexuais;
- Brechas no discurso jornalístico onde a subversão pode ter voz.

A aparição de figuras de renome (celebridades, políticos, magnatas, etc.) se deu principalmente por meio das controvérsias acerca de Marco Feliciano, deputado, pastor e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Feliciano havia ganhado infâmia por suas declarações sobre negros e homossexuais, que o tornaram, na visão de muitos, um líder inadequado para a Comissão e para a esfera política em geral. Grande parte das notícias também acoplou seu nome ao controverso Projeto da “Cura Gay”, que “suspende artigos da Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia para autorizar profissionais da área a propor o tratamento da homossexualidade a seus pacientes” (ZAMPIER, 2013) e foi aprovado em junho pela CDHM. Pode ser relevante notar que a amostra da Agência Brasil teve mais notícias que mencionavam a “Cura Gay” e o pastor Marco Feliciano (19 e 16, respectivamente) do que o Portal G1 (5 e 3).

Quanto a notícias que referem a datas comemorativas, como a Parada do Orgulho LGBT ou o Dia Nacional contra a Homofobia, foram encontradas 6 no Portal G1 e 14 na Agência Brasil. Como previsto por Leal, eventos “midiaticáveis” foram foco de diversas matérias, mesmo que, por vezes, de modo tangencial.

Quantificando-se certas palavras-chave encontradas nas matérias, obtêm-se a seguintes estatísticas:

Palavras-chave recorrentes em matérias sobre homossexualidade

Palavras-chave	Portal G1	Agência Brasil
Marco Feliciano	3	16
Cura gay	5	19
Casamento/união	23	21

Adoção	12	5
--------	----	---

Fonte: Autoria própria

As questões do casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção de crianças por casais homossexuais foram pautas ubíquas. Mesmo quando a notícia em questão não tratava do assunto como gancho, ela mencionava o casamento e sua legalidade ou não em outros países; a partir disso, fica evidente que o direito ao matrimônio – que, em muitos casos, confere benefícios que a união estável não oferece – funciona como uma espécie de “padrão” para avaliar os direitos dos homossexuais na sociedade. Apesar dos benefícios conferidos pelo casamento, a ênfase comumente não é nos mesmos, mas no próprio ato de casar e, em muitos casos, criar filhos por meio da adoção.

Vê-se, aqui, a heteronormatividade em ação: o objetivo do movimento gay é quase sempre enquadrado em termos de assimilação e, não de transgressão, pela mídia. Em uma matéria sobre a publicação lésbica russa *Agens*, uma entrevistada cita que “Há muitas lésbicas russas que levam uma vida normal [...] [n]ão somos diferentes do resto de mulheres” (ORTEGA, 2013). Outra notícia é protagonizada por um rabino israelense que faz parte de uma associação cujos membros “[querem se] integrar à sociedade sem ressaltar [suas] diferenças, e sim fazendo com que todos [os] aceitem”, além de não sair em público com um homem com quem mora “para não dar protagonismo à sua identidade sexual” (FRANCE PRESSE, 2013). Quase todos os homossexuais ou casais homossexuais entrevistados encaixam-se em um perfil conformado à instituição matrimonial e familiar, comumente – mas com exceções – sendo do sexo masculino.

Há uma ênfase na “igualdade” que, em alguns casos, prioriza uma atitude harmônica em relação ao ativismo; porém, a maior problematização da palavra em questão é seu caráter de engodo. Uma simples busca pela igualdade não desestrutura relações de poder, apenas segrega o movimento homossexual, bem como seus oponentes, de sua relação com o contexto social mais amplo e com causas ou marginalizações paralelas. Algumas alusões à “igualdade de direitos” incluem:

Paulo não se orgulha por ter sido o primeiro a se casar no estado, mas por ter os direitos reconhecidos. ‘Lutamos durante anos para ter os mesmos direitos de um casal heterossexual e agora me orgulho por isso. Estou feliz por ter o sobrenome do meu marido e um papel que comprova nossa união.’ (JESUS, 2013)

‘Esperamos que seja para sempre, mas se algum dia terminar, vamos ser iguais a qualquer outro casal nessa situação’, brincou Aubin em uma bateria de entrevistas com a mídia local antes do grande dia. (BREMER, 2013)

De acordo com Barbosa, a discussão sobre igualdade foi o "cerne" do debate no Supremo. 'O conselho está removendo obstáculos administrativos à efetivação de decisão tomada pelo Supremo e que é vinculante [deve ser seguida pelas instâncias inferiores].' (OLIVEIRA, 2013)

'Sem dúvidas o casamento, seja ele homoafetivo ou não, é uma grande forma de você mostrar que ama a pessoa que escolheu para viver ao seu lado para sempre. Mas não podemos esquecer que o casamento gay é um grande marco do início da equiparação dos nossos direitos e de respeito diante da sociedade', declara Nils. (SOARES, 2013)

A primeira-dama ressaltou que Obama também defende o casamento entre pessoas do mesmo sexo e lembrou que no discurso de sua segunda posse, no último mês de janeiro, Obama afirmou que a 'viagem não estará completa' até que os homossexuais 'sejam tratados como qualquer outra pessoa pela lei'. (AGENCIA EFE, 2013)

Letícia disse que a decisão do CNJ proporciona igualdade de direitos. "Na prática, o que vai mudar é que vamos poder exercer a cidadania completamente, plenamente. Quem não sofreu preconceito talvez não entenda. Vai ficar tudo mais simples. É só chegar com a identidade lá e pronto", afirmou. (MELLO, 2013)

Também há pouca problematização das causas da homofobia. Embora seja reconhecida, diversas vezes, como um fenômeno social, a discriminação contra homossexuais raramente é associada a fatores específicos; fala-se do preconceito, mas não há, mesmo em matérias mais longas, análise de suas raízes. A relação entre a homofobia e as normas associadas à conduta sexual e ao gênero raramente são apontadas, mesmo por aqueles entrevistados pelo jornalista. As ideias que restam são que a repulsa é: a) motivada por preceitos religiosos, geralmente cristãos; b) produto da patologização psiquiátrica da homossexualidade, oficialmente revogada poucas décadas atrás; c) resultado da falta de visibilidade social da população gay; ou d) uma combinação desses fatores.

O problema é que, de modo isolado, essas explicações não são satisfatórias considerando a violência contra homossexuais que é encontrada em diversas matérias; muito mais ubíquo do que esses fatores é um paradigma social heteronormativo e patriarcal, que aparta o Outro e o desumaniza. Preceitos religiosos, concepções psicológicas obsoletas e a falta de visibilidade dos homossexuais, por si só, não explicam a violência massiva que atinge a população homossexual, mas o denominador comum entre os três fatores, calcado em um investimento simbólico em certas posições de sujeito que são relativizadas pela inclusão do Outro, dá um embasamento maior na sociologia para o fenômeno. Sem esse elemento, a única conclusão que faz sentido é que a hostilidade contra homossexuais é algo inato e/ou "natural".

Existem, porém, brechas onde um discurso mais questionador pode ser encontrado; o paradigma dominante, apesar de sua ubiquidade, não é hermético. Por exemplo, em uma notícia sobre uma escola para pais de homossexuais, a terapeuta e fundadora da mesma menciona que, tratando-se do preconceito, “[e]xistem três muros: o social, o da escola e o familiar [...] [o] preconceito e a intolerância ainda estão sendo desconstruídos pelas pessoas”. Na mesma matéria, um rapaz homossexual realça sua condição de Outro ao dizer que “[o] homossexual sempre precisa mostrar que é bom em alguma coisa para que a opção sexual fique em segundo plano [...] [p]recisamos mudar essa ideia” (G1 SOROCABA E JUNDIAÍ, 2013). Uma notícia a respeito da primeira audiência pública do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis inclui depoimento de Gustavo Bernardes, presidente do Conselho Nacional LGBT, segundo o qual “[a] homofobia no Brasil é estrutural, perpassa toda a sociedade, é transversal” (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

Uma das declarações mais profundas encontradas – em termos de transgressão – foi a de uma delegada sobre o crime no Brasil: “[t]emos uma mania: quando aparece um crime, aumenta-se a pena para esse crime, mas não se discute a questão a fundo. Temos que discutir o preconceito em sua raiz. Todos eles” (CRUZ, 2013). Outra matéria cita, por meio da diretora do Centro Nacional de Educação Sexual de Cuba, uma “colonização fortemente patriarcal e homofóbica” como raiz do preconceito em seu país, a única menção, em todas as notícias, de uma cultura patriarcal (AQUINO, 2013).

Assim, é possível enxergar, na mídia, espaços nos quais pode ser questionado o paradigma heteronormativo e suas consequências, embora isso seja raro devido ao poder simbólico do jornalismo e ao modo como este se atrela ao *status quo* para manter sua credibilidade (em concordância com o “modo de fazer” do jornalismo moderno). São passos curtos, hesitantes, mas enfatizam o não hermetismo das instituições que ditam e reproduzem o discurso hegemônico sobre sexualidade e gênero.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções descritas por Hall (2000) e Woodward (2000) sobre a identidade como vista pela sociologia da era pós-moderna são vitais para compreender o processo pelo qual se criam estigmas identitários e pelo qual porções inteiras da população são destituídas de sua humanidade integral, passando a ter de “ganhá-la de volta”. Não se trata apenas de uma repulsa coletiva, mas de uma degradação simbólica que limita o espaço de existência de grupos marginalizados. O ódio não é necessário, apenas a marca quase indelével do Outro, daquele que a sociedade não foi feita para acomodar ou, às vezes, às custas do qual foi construída.

O processo histórico por meio do qual a homossexualidade – bem como expressões de gênero que não se conformam ao rígido conceito binário do masculino e do feminino em geral – foi transformada em patologia, em perversão e em *cause célèbre*, é enraizado em relações de poder que perduraram por um longo tempo e não podem ser desfeitas sem um exame aprofundado dos preconceitos que mesmo membros “progressistas” da sociedade reproduzem sem más intenções. Que a mídia como um todo faça parte desse processo de replicação de ideias é uma consequência natural da hegemonia heteronormativa, especialmente considerando o poder simbólico que os meios de comunicação de massa detêm e buscam manter por meio de uma conformação ao *status quo* e a pautas “seguras”, socialmente aceitas.

Embora essas barreiras, essas limitações de campo de atuação de minorias sexuais não sejam facilmente visíveis àqueles que possuem privilégios concedidos pelas desigualdades vindas de dicotomias desequilibradas, o pensamento crítico, o questionamento de concepções que são aceitas sem o recipiente perceber e – mais importante ainda – a abertura a vozes que não as dominantes no âmbito sociocultural permitem que qualquer um, independente de suas vantagens simbólicas, possa compreender a exclusão sistêmica de minorias. Mesmo a academia – ainda, em muitos casos, uma engrenagem no processo de produção de conhecimento restrito – vem servindo como um ambiente no qual teóricas feministas, homossexuais, negras(os), etc. podem sistematizar as agressões microscópicas, porém numerosas, que as acompanham vida afora. Graças a autores como esses, a sociologia, como campo, foi capaz de desbravar aspectos outrora praticamente invisíveis de seu objeto de estudo (invisíveis, claro, àqueles que não detinham a voz dourada de credibilidade).

Ainda há muito território a ser coberto – e *descoberto* – pela sociologia e ciências adjacentes. O que foi escavado até agora, porém, modificou significativamente o modo de enxergar a civilização construída – bem como as *destruídas* – pelos descendentes da potência continental europeia. O material compilado até agora, porém, produto de décadas de estudo do âmbito social e da relação de grupos minoritários com o mesmo, foi extremamente adequado para a formação de uma base teórica sobre a qual um trabalho como este pôde ser erigido.

Por meio da pesquisa realizada, foi possível comparar as teorias que problematizam identidades e posições de sujeito no contexto do movimento LGBT com as representações de homossexuais criadas e reproduzidas pela mídia como instituição em nosso país, ainda que com uma amostra de porte relativamente diminuto. Foi criada uma ponte entre os aspectos sociológicos da identidade, conceituados através das décadas por um sem-número de teóricos, e a realidade atual da política de identidades homossexual retratada pelo jornalismo em duas publicações *online*. Foi possível, assim, estudar os discursos envolvidos na representação de homossexuais nas amostras coletadas como um todo; problematizar o enquadramento do homossexual em relatos supostamente “neutros” ao ir além da notícia isolada; identificar os moldes heteronormativos – o casamento, a constituição de família – que “legitimam” as relações entre pessoas do mesmo sexo sem desestruturar as instituições que os marginalizam; e verificar a presença do binômio de gênero na construção da sexualidade heteronormativa que torna a representação jornalística do homossexual problemática.

O modo como o indivíduo homossexual é representado no material estudado – pautas recorrentes, repetitivas, limitadas, descontextualizadas – demonstra a presença de aspectos problemáticos que não puderam ser resolvidos em questão de décadas levada em consideração a história por trás da política de identidades. Apesar da abundância de direitos adquiridos pelos homossexuais com o passar dos anos, bem como a redução do estigma cercando-os nas esferas pública e privada, ainda há barreiras que persistirão a menos que se explore mais profundamente os aspectos sociológicos estruturais que permeiam a condição de Eu/Outro que o binômio heterossexualidade/homossexualidade tem como raiz. Questões de gênero, de identidade e de poder ainda regem nossa sociedade, e ignorá-las não resultará em sua desconstrução. Não há prejuízo na transgressão que relativiza identidades, apenas uma ilusória perda de poder daqueles que desfrutaram do privilégio de uma “normalidade” calcada em categorizações vazias.

Com essa desestabilização da infraestrutura simbólica, o que se busca é uma sociedade não apenas tolerante, mas inclusiva e muito mais segura e mais aberta, inclusive, ao restante dos membros do acrônimo LGBT.

7. REFERÊNCIAS

ADELMAN, Míriam. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 14, p.163-171, jun. 2000.

AGÊNCIA BRASIL (Brasília). *Sistema Nacional LGBT faz primeira audiência pública*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-25/sistema-nacional-lgbt-faz-primeira-audiencia-publica>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

AGÊNCIA EFE (Espanha). *Michelle Obama e Jason Collins vão a evento a favor dos homossexuais em NY*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/michelle-obama-e-jason-collins-va-o-a-evento-a-favor-dos-homossexuais-em-ny.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

AQUINO, Yara. *Países não têm estratégia comum para combater violência contra homossexuais*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-04/paises-nao-tem-estrategia-comum-para-combater-violencia-contr-homossexuais>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

BARBOSA, Suzana. As Bases de Dados no Curso da Convergência Jornalística: Uma análise preliminar a partir do Modelo JDBD. In: *Comunicação apresentada no Congreso Internacional Fundacional da Asociación Española de Investigación de la Comunicación (AE-IC)*. Faculdade de Ciencias da Comunicación, Santiago de Compostela. 2008.

BREMER, Catherine. *Vincent e Bruno protagonizam primeiro casamento homossexual da França*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/vincent-e-bruno-protagonizam-primeiro-casamento-homossexual-da-franca-1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

BUCCI, Eugênio. O jornalismo de espírito público não pode ser "chapa-branca". *Comunicação & Educação*, v. 10, n. 2, 2008.

COLARES, Larissa Pontes; LESSA, Monique de Mesquita; RIOS, Riverson. Anais: Análise do Canal de Colaboração do Portal G1. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 15., 2013, Mossoró. *Os Efeitos da Cauda Longa no Jornalismo*. São Paulo: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-1002-1.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

COSTA, Beatrice Vergili da; ZANOTTI, Carlos Alberto. Anais. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 17., 2012, Campinas. *A Possibilidade Mediadora da Notícia sobre Economia e Cultura no Portal Vermelho*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2012. p. 1 - 5. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/websist/Rep/Sic08/Resumo/2012824_14400_965915242_reseat.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

CRUZ, Elaine Patricia. *Oito casos de violência contra homossexuais são denunciados diariamente ao Disque 100*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-01-03/oito-casos-de-violencia-contra-homossexuais-sao-denunciados-diariamente-ao-disque-100>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

DARDE, Vicente William da Silva. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p.223-234, jul./dez. 2008.

FRANCE PRESSE (França). *Ron Yosef, o rabino ortodoxo e homossexual*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/ron-yosef-o-rabino-ortodoxo-e-homossexual.html>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

G1 SOROCABA E JUNDIAÍ (São Paulo). *Sorocaba ganha 1ª escola para pais de homossexuais do interior de SP*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/04/sorocaba-ganha-1-escola-para-pais-de-homossexuais-do-interior-de-sp.html>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JESUS, Jesana de. *Procura por casamento entre homossexuais é baixa mesmo com lei*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2013/06/procura-por-casamento-entre-homossexuais-e-baixa-mesmo-com-lei.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

LAGO, Cláudia. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 18, 2009, Belo Horizonte. *Ensinos antropológicos*. Brasília: Associação Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo - Sbpjor, 2010. p. 1 - 14. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt9_claudia_lago.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2013.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. A grande mídia brasileira e identidades LGBT: um retrato em 2008. *Diálogos de La Comunicación*, Lima, n. 84, p.1-24, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2012/07/84-Revista-Dialogos-A-grande-midia-brasileira-e-identidades-LGBT.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar?. *E-compós*, Brasília, v. 12, n. 2, p.1-15, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/214/353>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

MELLO, Kátia. *Decisão do CNJ 'foi memorável', diz 1ª homossexual a ter direito de casar*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/05/decisao-do-cnj-foi-memoravel-diz-1-homossexual-ter-direito-de-casar.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

OLIVEIRA, Mariana. *Decisão do CNJ obriga cartórios a fazer casamento homossexual*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/apos-uniao-estavel-gay-podera-casar-em-cartorio-decide-cnj.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

ORTEGA, Ignacio. *Revista russa ajuda lésbicas a assumirem homossexualidade*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/revista-russa-ajuda-lesbicas-a-assumirem-homossexualidade.html>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

RESENDE, Fernando. A Narratividade do discurso jornalístico: a questão do outro. *Rumores: Revista de Comunicação, Linguagem e Mídias*, São Paulo, v. 1, n. 6, p.1-12, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/rumores/issue/view/521>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

SILVA, Ellis Regina Araújo da. O arco-íris em revista: algumas questões sobre identidade e gênero. *:universitas//comunicação*, Brasília, v. 2, n. 2, p.209-232, ago. 2004.

SOARES, João Phelipe. *Casais homossexuais de Cabo Frio, RJ, demonstram igualdade com amor*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/dia-dos-namorados/2013/noticia/2013/06/casais-homossexuais-de-cabo-frio-rj-demonstram-igualdade-com-amor.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Anais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 9., 2011, Rio de Janeiro. *Afinal o que é notícia?* Repensando um conceito essencial para o jornalismo. Rio de Janeiro: SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2012. p. 1-16. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CL_10.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMPIER, Débora. *OAB critica aprovação da "cura gay" por comissão da Câmara*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-06-19/oab-critica-aprovacao-da-cura-gay-por-comissao-da-camara>>. Acesso em: 19 nov. 2013.